

A PERCEPÇÃO DO IMPACTO DAS ELEIÇÕES 2018 SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS LGBT NOS ESTADOS DA BAHIA, SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO

Victor Barbosa¹

Ana Carolina dos Santos Costa²

Resumo

Historicamente, o Brasil é um país que não discute sobre pessoas LGBT, a não ser de forma preconceituosa. Isso se converteu no fato do Estado brasileiro ser um dos lugares mais difíceis para uma pessoa LGBT viver. O clima durante as eleições de 2018 dividiu o país e acentuou um discurso conservador. Portanto, o presente trabalho tem por objetivo observar a percepção de violência contra a comunidade LGBT durante o período eleitoral nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Por meio do objeto da pesquisa, buscamos perceber se existe relação entre o presidencialista vencedor em cada estado e a incidência de violência contra pessoas LGBT. Nos dois turnos da eleição presidencial, Bolsonaro venceu em São Paulo e Rio de Janeiro e Haddad venceu na Bahia. Utilizamos a metodologia estatística descritiva, embasada nos dados da pesquisa "Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral fornecida pela organização Gênero e Número. Iremos cruzar esses dados com as estatísticas sobre geografia de voto disponibilizadas pelo TSE. Devido a restrições de dados, só poderemos utilizar na pesquisa apenas os estados citados. Nossos resultados mostram que não é possível aceitar a hipótese de que os estados em que Jair Bolsonaro venceu as eleições seriam os estados onde as pessoas LGBT foram mais vitimadas.

Palavras-chave: LGBTfobia. Eleições 2018. Violência.

The perception of 2018 election's impact on violence against LGBT people in the states of Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro

Abstract

Historically, Brazil is a country that does not discuss about LGBT people. Hence, the Brazilian state is one of the most difficult places for a LGBT person to live. During the 2018 elections, the country was politically deviated and a conservative speech was accentuated. Therefore, this paper aims to observe the perception of violence against the LGBT community during the election period in the states of São Paulo, Rio de Janeiro and Bahia. Through the object of the research, we seek to understand if there is a relationship between the presidential winner in each state and the incidence of violence against LGBT people. In the two rounds of the presidential election, Bolsonaro won in São Paulo and Rio de Janeiro and Haddad won in Bahia. We used a descriptive statistical methodology, based on the research data "Violence against LGBTs + in the electoral and post-electoral contexts", provided by the organization *Gênero e Número*. We will cross-check this data with the voting geography statistics provided by the Supreme Electoral Court. Due to data constraints, we will be able to use only the states cited above.

¹ Internacionista pela Faculdade Damas da Instrução Cristã e mestre e doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. É Pesquisador Associado ao IEÁSIA (Instituto de Estudos da Ásia - UFPE). E-mail: victortavares.b@gmail.com

² Bacharela e Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutoranda em Ciências Sociais pela Unicamp. É Pesquisadora Associada ao IEÁSIA (Instituto de Estudos da Ásia - UFPE). E-mail: scostacarolina@gmail.com

A percepção do impacto das eleições 2018 sobre a violência contra pessoas

Our results show that it is not possible to accept the hypothesis that the states in which Jair Bolsonaro won the elections are the states where LGBT people were most victimized.

Key-words: LGBTphobia. 2018 elections. Violence.

Introdução

O processo eleitoral de 2018 sem dúvidas entrará para a história como uma das eleições mais conturbadas da jovem democracia brasileira. Antecedida por um *impeachment*, dois anos de instabilidade civil, marcada por protestos, troca de candidatos, disparos em rede de *Fake News* e até mesmo uma tentativa de assassinato, o debate político foi marcado por tensionamentos e violência.

A eleição de Jair Bolsonaro para a presidência em 2018, em conjunto com uma base governista pautada por uma definição de moralidade que diz proteger os princípios familiares, os bons-costumes, avessa às liberdades civis, de gênero, sexualidade, raça, religião e a garantia de igualdade às minorias em geral, foi um momento chave deste período. É a ruptura total com o antigo *establishment* político de qualquer compromisso com pautas progressistas. Significa o ponto alto do discurso conservador brasileiro.

Assim, durante o período eleitoral, o tensionamento político levou à percepção de crescimento da violência, ou pelo menos da violência do discurso político. Neste trabalho, buscamos identificar as relações entre conservadorismo e violência contra a população LGBT – lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, e qual o impacto das eleições de 2018 sobre esta comunidade.

O conservadorismo e a retirada de direitos

São chamados de conservadores aqueles que se opõem a distribuição de direitos a todos. Como mostra Souza (2016), essa postura também é comumente ligada à aderência a ideologia do mercado, que nas palavras do autor “envolve desde a defesa da mercantilização cada vez maior da vida social, até a agenda de combate aos avanços dos direitos humanos” (SOUZA, 2016, p. 361). No entanto, o conservadorismo, *per se*, apresenta um grande leque de nuances e particularidades consoante com a realidade social em que surge.

Uma das mentes que norteia o pensamento conservador é o autor Edmund Burke. A corrente de ideias burkenianas defende um posicionamento contrário a igualdade, onde ela é categorizada enquanto algo “artificial” e ilusório. Então, nessa linha de raciocínio, a desigualdade social se encaixa como algo inerente às sociedades. Nas palavras de Burke:

Em todas as sociedades, que consistem de vários grupos de cidadãos, alguns grupos devem estar no topo. Os ativistas, portanto, apenas modificam e pervertem a ordem natural das coisas. Eles sobrecarregam o edifício da sociedade estabelecendo no topo o que a solidez da estrutura exige para estar na base (BURKE, p. 41-42, tradução nossa)³.

Embarcando na seara da religiosidade e do cristianismo, Burke argumenta que tanto o Estado quanto a sociedade, bem como a desigualdade social e a propriedade privada são formados a partir de uma ordem natural e divina (SOUZA, 2016); o que põe a luta por direitos e a chamada "justiça social" em xeque.

Reflorescimento do conservadorismo no Brasil nos anos recentes

O conservadorismo tem exercido um papel de destaque na atual crise brasileira e guiado as relações e os desdobramentos sociais e políticos. Muitos são os fatores que corroboraram para o fortalecimento do discurso conservador. Podemos pensar na crise política (de representatividade, do *impeachment*, da polarização política) que caminha de mãos dadas com a crise econômica (da perda do poder de compra, das altas taxas de câmbio, do crescimento do desemprego) como alguns elementos de crise que facilitaram o reflorescimento do conservadorismo.

É corriqueiro encontrar alguém que generalize e coloque todos os políticos na categoria de contraventor e corrupto. A sequência de escândalos políticos, desde o *Mensalão*, *Petrolão* até a *Lava Jato* fortaleceu na população o desdouro por aqueles que fazem política e pelo próprio sistema político. Isso fez com que parte da sociedade brasileira gravitasse em direção a figuras vistas como "de fora do sistema", que representassem uma ruptura com a velha política (ALMEIDA, 2019). Destacam-se, então, as eleições de João Dória (PSDB) para prefeito da cidade de São Paulo, em 2016, e sua vitória para governador do estado em 2018; e também de Jair Bolsonaro (PSL) que afigurou-se como alguém contrário a forma como a política estava sendo conduzida no país, mesmo estando, inclusive com sua família, na política há muitos anos.

Ampliou-se a ideia de que as políticas voltadas para a distribuição de renda e proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade

³ Livro em domínio público, disponível em:

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=4374

Tradução feita pelos autores. Citação original, em inglês: "In all societies, consisting of various descriptions of citizens, some description must be uppermost. The levelers, therefore, only change and pervert the natural order of things; they load the edifice of society by setting up in the air what the solidity of the structure requires to be on the ground."

socioeconômica, por exemplo, seriam algo negativo e que geram apenas “preguiçosos” dependentes do Estado. Que programas, como o Bolsa-Família, seriam apenas ferramentas de clientelismo criadas pelo Partido dos Trabalhadores. Essa ideia partiu, sobretudo, de setores da classe média que não se viam parte das políticas petistas e que sentiram os efeitos da crise econômica com certa intensidade (ALMEIDA, 2019).

A partir do fim da ditadura, o Brasil entrou em uma onda de políticas progressistas ligadas aos direitos sexuais e reprodutivos, por exemplo. Em contrapartida, um dos elementos centrais da esfera política brasileira nos últimos anos tem sido o gradativo aumento da presença da religião. Assim, a atuação política dos parlamentares e executivos religiosos responde a uma agenda conservadora no que concerne à moralidade (DUARTE, 2017). Então, percebe-se um reavivamento da religião na arena política brasileira bem como um retraimento da pauta progressista (DUARTE, 2017).

Dentre os temas abordados por esses políticos estão assuntos que, segundo eles, ferem a ideologia cristã como, por exemplo, questões referentes à sexualidade, aborto, gênero, técnicas reprodutivas, casamento, adoção de crianças por casais homoafetivos etc. Mas as ações desses políticos religiosos diferem em variados níveis e abordagens. Por sua vez, há um movimento de preservação dos costumes cristãos ligados diretamente ao catolicismo. No entanto, encontra-se também um movimento mais fervoroso e transformador dos comportamentos feito pelo evangelismo (ALMEIDA, 2019, p. 208).

A cada vez maior presença de políticos embasando suas ações em elementos religiosos casa com o crescente número de pessoas que se identificam enquanto evangélicos na sociedade brasileira (LESSA, 2018). Sobressai-se que o conservadorismo defendido pelos evangélicos tende a não se resumir apenas àqueles indivíduos que fazem parte da religião, mas tem um caráter universalizante, buscando englobar a sociedade como um todo; rompendo com a tendência à secularização e atuando sobre aquilo considerado público por meio de mandatos eletivos no Executivo e no Legislativo (ALMEIDA, 2019).

Em 2016, nas instâncias da Câmara e do Senado, decidiu-se remover a expressão “da incorporação da perspectiva de gênero” da Medida Provisória da Reforma Administrativa (696/2015), que esperava-se ser um dos elementos-chave do então Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos na elaboração, administração, definição de normas e articulação de políticas para as mulheres (GADELHA, 2016).

Seguindo essa linha, tanto o termo gênero quanto menções às orientações sexuais foram removidos do Plano Nacional de Educação (PNE), devido a decisões da Câmara. Em 2016, com Michel Temer já no poder, o Plano Nacional de Educação foi sancionado pela presidência sem nenhuma alusão a gênero ou sexualidade (BIROLI, 2018). Vale ressaltar, quanto a votação do *impeachment* de Dilma Rousseff, que uma das principais justificativas apresentadas pelos membros da Câmara para votar a favor do afastamento da então presidenta foi a “família”. Em nome da família brasileira, em respeito à sua preservação e “sacralidade”, votou-se contra Rousseff como se ela representasse uma ameaça à família (BIROLI, 2018).

Mais um exemplo de ações com características conservadoras que tem tomado a arena política contemporânea brasileira é o Movimento Escola sem Partido, com o seu discurso voltado para a preservação de valores e costumes familiares e da moral dos estudantes e também contra práticas de “doutrinação ideológica” da parte dos professores. O movimento reverberou em diversas camadas sociais brasileiras, inclusive na esfera política, em especial em grupos que podem ser considerados conservadores (SALLES, 2017). Em resposta a solicitação do então deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSL), Miguel Nagib, líder do movimento, elaborou um anteprojeto de lei intitulado “Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar”, que ganhou grande repercussão nacional. Arelado a isso, diversos projetos semelhantes foram submetidos nas esferas municipais, estaduais e federais (SALLES, 2017). A argumentação desses projetos sustentava que era preciso explicitar nas normas educacionais o direito dos pais de educar seus filhos conforme os seus valores morais e religiosos (BIROLI, 2018).

A partir das reações contrárias de grupos religiosos e do Movimento Brasil Livre (MBL), o Banco Santander, enquanto facilitador, resolveu pôr fim a exposição *QueerMuseu*, em 2017 (BIROLI, 2018). Aliás, no mesmo ano, a filósofa e teórica de gênero Judith Butler foi vítima de ataques na sua participação no seminário “Os fins da democracia”, organizado pela Universidade de São Paulo e pela Universidade da Califórnia em Berkeley. Como mostra Birolí (2018, p. 87), mesmo que o seminário não fosse concentrado nas temáticas de sexualidade e gênero, os ataques ao evento foram justificados evocando a “família” e uma suposta segurança das crianças, bem como associando homossexualidade à pedofilia, da mesma forma que ocorreu nas reações ao *QueerMuseu*. Por sua vez, Ferreira (2016, p. 174) levanta que uma das principais inquietações do conservadorismo crescente na sociedade brasileira encontra eco no senso-comum de que “a moda da homossexualidade e do

feminismo" e propagada às crianças, que a partir disso deixariam supostamente de seguir e valorizar os padrões da "família tradicional".

No entanto, é importante ressaltar que o conservadorismo não é um pensamento simplista onde tudo é preto ou branco. Na parte central do pensamento conservador residem diversos posicionamentos juntamente com a absorvência da retórica da política, econômica e cultural dominante por meio da qual o conservadorismo se funda e se adapta (FERREIRA, 2016). No que diz respeito a política brasileira, é possível encontrar o conservadorismo enquanto um elemento característico em partidos à direita. No entanto, ao se fazer uma análise histórica com relação ao debate pelos direitos de pessoas LGBT, percebe-se que essa é uma seara algumas vezes também rejeitada pelos partidos à esquerda em nome da governabilidade (FERREIRA, 2016).

A salvaguarda dos direitos das minorias, dentre elas as lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais, não é uma bandeira eminentemente da esquerda e nem se resume a ela. Em alusão a política brasileira, houve uma aproximação do governo Dilma com a bancada evangélica, ator central do movimento contrário aos direitos das pessoas LGBT (FERREIRA, 2016). À exemplo, foi a bancada evangélica de propôs o Estatuto da Família, que definia a família apenas como a união entre homem e mulher, deslegitimando as famílias homoafetivas. Em suma, o conservadorismo caminha lado a lado com a LGBTfobia, mesmo que uma dissociação entre os dois seja possível (FERREIRA, 2016).

O Brasil e a LGBTfobia

A LGBTfobia, nas palavras de Ramos e Nicoli (2016), é o sentimento, a convicção ou a atitude destinada a lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, além de outras identidades, que discrimina essas pessoas em decorrência de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. É uma expressão guarda-chuva que engloba as violações socioculturais, econômicas e políticas correspondentes a lesbofobia, homofobia, bifobia e transfobia. Muitas vezes, ela surge a partir da concepção de que as pessoas LGBT representam algum tipo de ameaça contra o bem-estar da sociedade, seus valores e costumes; como uma ameaça à família, por exemplo. Ela busca apoio também nas ideologias heteronormativas e sexistas. Por sua vez, a ideologia heteronormativa compreende um agrupamento de princípios que guiam o comportamento sexual de certo estrato social, ditando a

heterossexualidade como o padrão a ser seguido e reservando às sexualidades dissidentes um lugar à margem (RAMOS; NICOLI, 2016).

A ideologia sexista, por outro lado, também exerce um papel significativo no que diz respeito a LGBTfobia. De modo geral, o sexismo impõe binarismos a sociedade. Impõem o que seria o papel do homem e da mulher, sempre colocando o homem em uma posição de dominação sobre as mulheres. Por exemplo, impõe às mulheres a função de cuidar do lar e aos homens de trabalhar para sustentar a família. Assim, seguindo a lógica sexista, as pessoas que nasceram com os órgãos reprodutores masculinos devem ser encaradas apenas como homens e agir de acordo com o que seria destinado socialmente ao masculino, inversamente, o mesmo vale para as pessoas que nascem com os órgãos reprodutores femininos. Então, as identidades destoantes, que não se enquadram nesse binarismo, nessa divisão dos gêneros e seus papéis, são discriminadas e perseguidas (RAMOS; NICOLI, 2016).

A LGBTfobia vai se expressar de diversas maneiras por meio de alguma espécie de violência – física, moral, psicológica, dentre outras. Muitas vezes pode aparecer como algo jocoso que, no fundo, conspurca indivíduos LGBT. Para além das piadas, se expressa através de discursos de ódio que dizem que homossexuais e transexuais são aberrações e precisam ser eliminados, por exemplo (RAMOS; NICOLI, 2016). Tais discursos são comumente mascarados como conteúdo humorístico, liberdade de expressão e religiosa mesmo encorajando violências contra um determinado grupo.

Apesar de se expressar de forma alarmante no que tange à sociedade brasileira, a LGBTfobia é um fenômeno mundial, ocorrendo em maior ou menor medida em diferentes regiões de acordo com critérios religiosos, por exemplo. Em conformidade com o Relatório 2017 de mortes de LGBT, criado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), uma das poucas organizações brasileiras que se dispõe a elaborar pesquisas quantitativas e levantar dados acerca dessa população, a cada 19 horas uma pessoa LGBT é assassinada ou comete suicídio em decorrência da LGBTfobia no Brasil (MICHELS; MOTT, 2018). O GGB está em atuação há mais de 38 anos, no entanto, mesmo com os avanços das pautas progressistas e de direitos humanos, ele registrou os maiores números de casos de violência recentemente. Em 2015, foram 319 homicídios, cresceu para 343 em 2016, no ano de 2017 esse valor chegou a 445 mortes (MICHELS; MOTT, 2018).

São números inquietantes de crimes motivados apenas devido a orientação sexual e identidade de gênero da vítima. Mas, apesar

dos esforços do Grupo Gay da Bahia, ainda há uma cortina de desinformação que encobre a real situação de vulnerabilidade da população LGBT no Brasil. Em virtude da falta de estatísticas governamentais sobre tais crimes de ódio, eles acabam sendo subnotificados. O GGB registra apenas os dados sobre esses atos a partir de notícias da mídia tradicional, internet e informações pessoais.

O Atlas da violência, relatório lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em sua versão de 2019, traz uma seção inédita referente a violência contra a população LGBT. Nela é reiterada a nebulosidade da problemática frente a produção oficial de dados e estatísticas. Não se sabe, por exemplo, o tamanho da população LGBT brasileira, o que impossibilita qualquer cálculo de prevalência relativa de violência contra essa minoria (IPEA; FBSP, 2019). Nas pesquisas do IBGE não são feitas perguntas a respeito da orientação sexual. Arelado a isso, nos registros policiais, de modo geral, também não há classificação da vítima de acordo com a orientação sexual, bem como também não há esse atributo nas declarações de óbito (IPEA; FBSP, 2019). A ausência desses dados dificulta a dimensionamento e, por conseguinte, a criação de ações efetivas contra esses crimes de ódio.

Essa falta de uma quantificação oficial da população LGBT brasileira pode ser sentida em outras nuances para além dos casos de policiais. Em termos econômicos, por exemplo, não se sabe a diferença salarial entre pessoas LGBT e não-LGBT. Indo mais a fundo, é desconhecida a diferença salarial entre uma pessoa transexual ou travesti e uma pessoa cisgênera no mercado de trabalho formal. Ou até mesmo quantas travestis estão no mercado de trabalho formal, a média de escolaridade, dentre outros fatores. A ausência de dados quantitativos acerca da população LGBT acoberta as idiosincrasias da vivência da população LGBT no Brasil, bem como dificulta a garantia de direitos (BIANCONI, 2019). Devido a esta escassez de estatísticas que mensurem as condições e a qualidade de vida da população LGBT, o trabalho do pesquisador é dificultado, uma vez que nem sempre é possível estabelecer a comparação entre variáveis através do tempo e, muitas vezes, as únicas estatísticas disponíveis são aquelas que descrevem a percepção da sociedade. De certa forma, este vácuo de dados sobre essa parcela da população também é uma forma de manifestação da LGBTfobia.

Em sintonia com essa acentuação do conservadorismo no Brasil nos anos recentes, durante as eleições de 2018, há indícios que esta

questão se tornou ainda mais aguda. Como mostra Bianconi (2019), no período eleitoral, nas mais diversas regiões do país, virou corriqueiro nas redes sociais e imprensa relatos de pessoas LGBT que tinham sido vitimadas seja física, verbalmente ou por outro tipo de violência. No conteúdo desses relatos, as pessoas expunham que estavam sendo vítimas de discurso de ódio e narravam que havia motivação política: “[...] era comum os agressores invocarem o nome do então presidenciável Jair Bolsonaro ao fazer ameaças que iam da promessa de ‘extinção das lésbicas’ ao ‘vai morrer, viado’, ‘Bolsonaro presidente’ vinha em seguida” (BIANCONI, 2019).

Modelo da pesquisa e dados

Os dados utilizados neste trabalho são dados abertos fornecidos pela organização Gênero e Número, obtidos na pesquisa “Violência contra pessoas LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral”. De acordo com a organização, a pesquisa privilegia métodos quantitativos visando entender diferentes dimensões da percepção de incidência ou ameaça de violência(s) contra pessoas LGBT. Questionários foram aplicados conjuntamente em três cidades – São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador entre 17 a 20 de janeiro de 2019. Houve ao todo 400 respondentes (GÊNERO E NÚMERO, 2019).

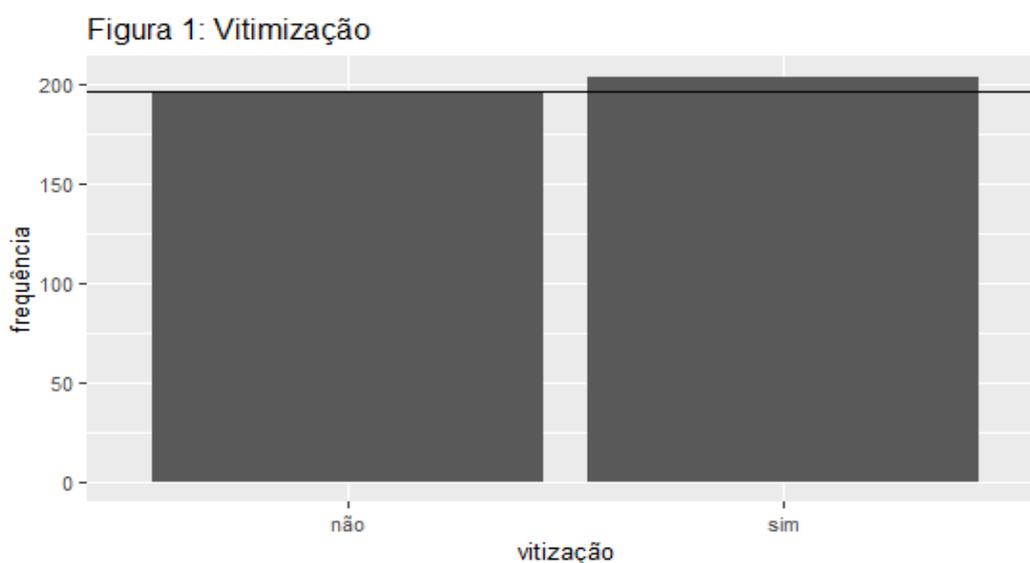
Para recrutar os respondentes, foi utilizado o método de amostra por conveniência, que se traduz na seleção de uma amostra não-probabilística da população que esteja disponível aos fins da pesquisa. A organização ressalta que foram considerados locais de sociabilidades LGBT nas regiões centrais nas cidades onde os questionários foram aplicados que apresentam circulação histórica ou recente dessa população (GÊNERO E NÚMERO, 2019). Já as estatísticas de voto foram buscadas das páginas do Tribunais Regionais Eleitorais que são alimentadas através do Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2018).

Do banco de dados criado pela Gênero e Número foram extraídas algumas variáveis. São elas: “vitimização” – se o indivíduo foi ou não vítima de violência; “violência contra conhecidos/pessoas próximas” – se o respondente conhece ou não alguém que seja próximo que tenha sido vitimado; “percepção de violência” – a impressão do respondente sobre o índice de violência contra LGBT durante o período eleitoral [se aumentou, diminuiu, não teve mudança ou não sabe/não respondeu]; “contexto eleitoral e violência contra LGBT” – se o respondente associa o contexto eleitoral 2018 às violências cometidas contra pessoas LGBT nesse

período; “engajamento” – nível de envolvimento político no período eleitoral [muito, pouco ou nenhum]; “estado” – região do respondente [São Paulo, Bahia ou Rio de Janeiro]. Utilizamos a plataforma de programação *Rstudio* para processar os dados, tanto do banco da Gênero e Número quanto os dados de Geografia do Voto, e para elaborar os gráficos. A seguir, os resultados apresentados neste trabalho são produto da aplicação da metodologia de análise de estatística descritiva dos bancos de dados supracitados.

Resultados

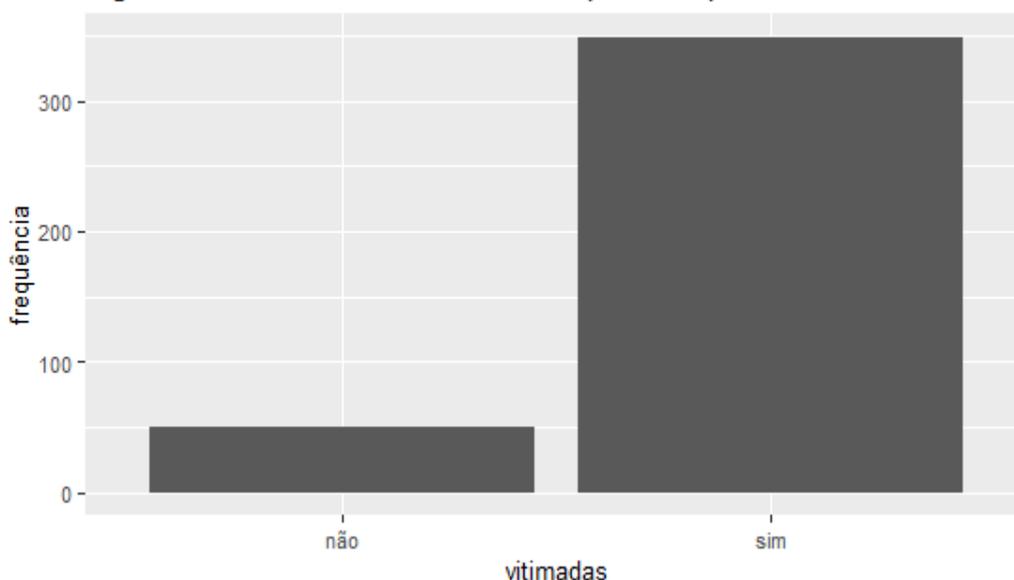
Como foi exposto anteriormente, as pesquisas quantitativas a respeito das pessoas LGBT são escassas. As poucas que existem, como as do Grupo Gay da Bahia, são sobre assassinatos brutais e suicídios. São sobre pessoas que não tiveram a oportunidade de serem escutadas. Viraram estatística com suas vidas e não com suas vozes. Em contrapartida, a iniciativa do Gênero e Número foi de ouvir a comunidade LGBT e buscar entender a percepção dessas pessoas sobre a violência que lhes afligem, não excluindo a questão da violência física, mas englobando violência verbal, assédio moral, tratamento discriminatório, dentre outros. Mais de 50% das pessoas afirmam que foram vítimas de algum tipo de violência, ou seja, uma em duas pessoas foi vitimada de alguma forma devido ao seu gênero e/ou orientação sexual. Na figura 1 é possível visualizar a quantidade das pessoas que afirmaram terem sido vítimas e as que informaram não terem sofrido violência:



Fonte: Elaborado pelos autores.

O número de respondentes que afirmaram que foram vítimas foi elevado, mas esse número de vítimas dispara quando a pergunta é feita sobre outrem. Ao serem perguntados se tinham tomado conhecimento de violências cometidas contra pessoas conhecidas LGBT ou pessoas próximas LGBT durante o segundo semestre de 2018, em torno de 87% dos respondentes afirmou que sim. Fica claro um forte cenário de vulnerabilidade e insegurança. A figura 2 ilustra esses dados:

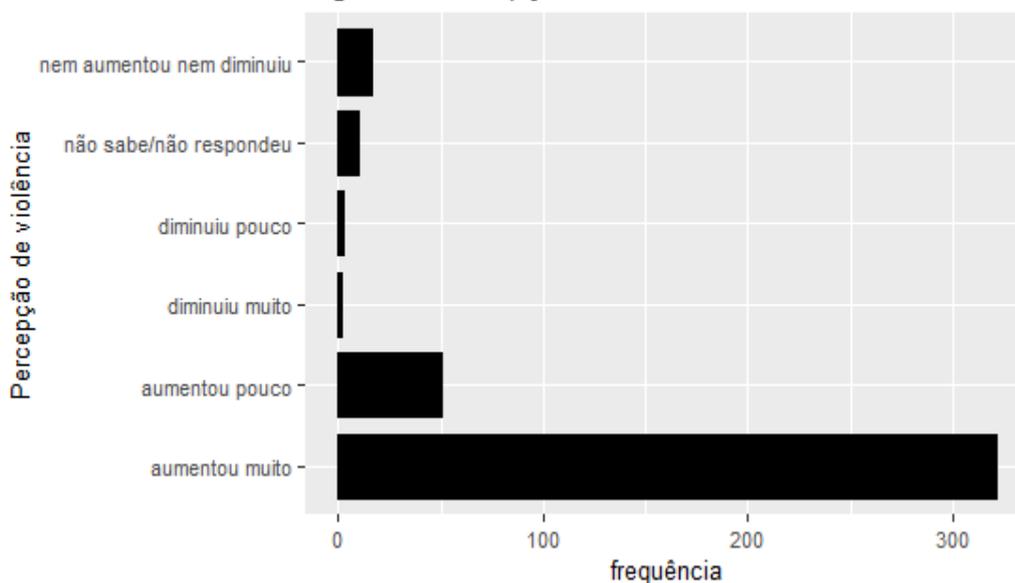
Figura 2: Violência contra conhecidos/pessoas próximas



Fonte: Elaborado pelos autores.

Em sintonia com esses dados, em torno de 80% dos respondentes também afirmou que durante as eleições, no segundo semestre de 2018, que a violência contra pessoas LGBT aumentou muito; na figura 3 é possível observar a distribuição da percepção de violência no contexto eleitoral, nele a segunda categoria com o maior número de respondentes foi “aumentou” pouco. 4% declaram que a incidência de violência permaneceu como de costume, ou seja, nem diminuiu ou aumentou. Menor ainda foi a quantidade de indivíduos que informaram que a ocorrência de agressões contra LGBTs diminuiu.

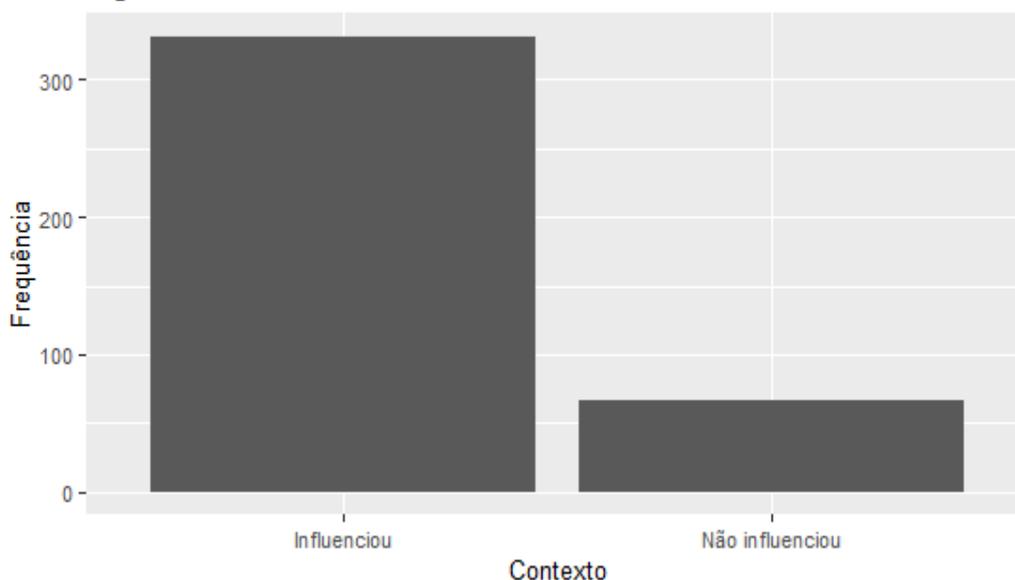
Figura 3: Percepção de violência



Fonte: Elaborado pelos autores.

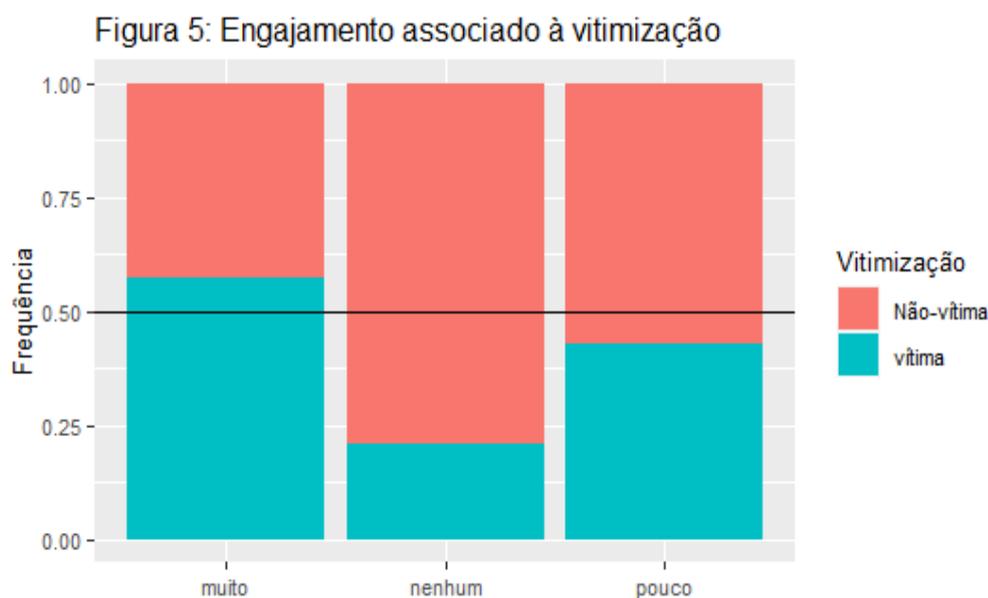
Atrelados a essa percepção que a violência aumentou substancialmente, os dados expõem que a grande maioria da comunidade LGBT considera que as violências cometidas estão em alguma medida associadas ao contexto eleitoral de 2018, por sua vez, muito polarizado e marcado pelo discurso conservador do então presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores. A figura 4 ilustra os dados de que grande parte dos respondentes afirmou que o contexto eleitoral de 2018 influenciou na incidência de violência:

Figura 4: Contexto eleitoral e violência contra LGBTs



Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao cruzar os dados do grau de envolvimento das pessoas entrevistadas nas eleições de 2018 e a vitimização, fica claro que esses dois elementos estão positivamente associados. Ou seja, quão maior o engajamento do indivíduo LGBT, maior é a incidência de violência. As pessoas que mais se envolveram nas eleições foram as mais vitimadas, seguidas por aqueles que informaram ter tido pouco engajamento. Os respondentes que afirmaram não ter tido nenhum envolvimento marcam a categoria com o menor índice de pessoas vitimadas. É possível visualizar esses dados na figura 5:



Fonte: Elaborado pelos autores.

O Brasil é um país de dimensões continentais, com diferentes nuances e realidades em cada uma de suas regiões. A organização Gênero e Número colheu os dados da pesquisa em três estados distintos: São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Então, teria as idiossincrasias sociais de cada estado influenciado no número de LGBTs vitimadas durante o contexto eleitoral de 2018?

Figura 6: Vitimização nos estados

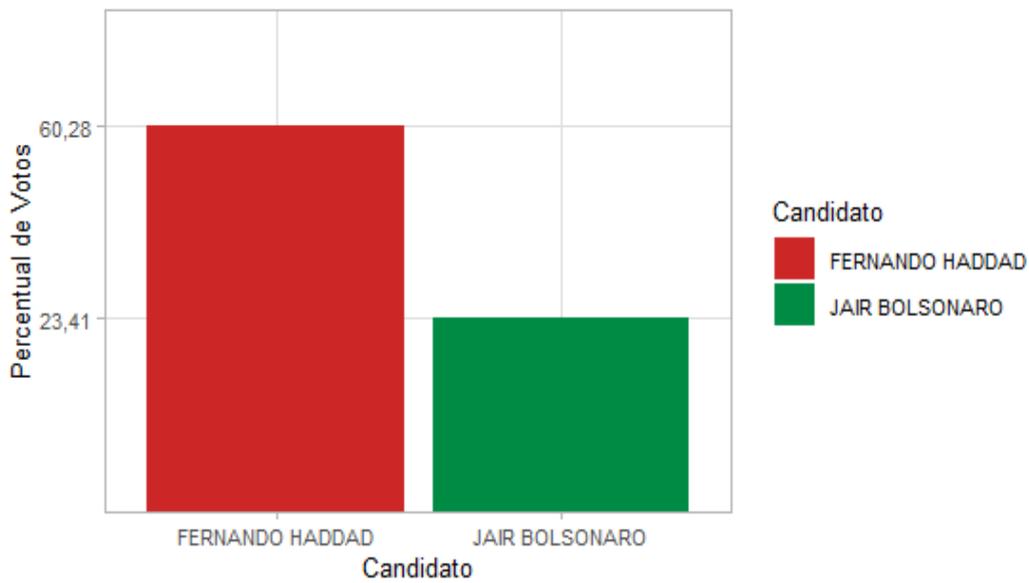


Fonte: Elaborado pelos autores.

Na figura 6, onde as informações do estado dos respondentes são cruzadas com a vitimização, fica claro que as três regiões seguiram o padrão geral, apresentado na figura 1, de 50% de pessoas vitimadas. Rio de Janeiro, diferentemente dos dois demais, apresenta um número maior de vitimados. No entanto, ao se comparar a Bahia, um estado do nordeste, com São Paulo e Rio de Janeiro, ambos estados do sudeste que compartilham um grande número de semelhanças, percebe-se um comportamento muito semelhante nos três. Assim, de certa forma, a percepção de violência da população LGBT não mudou independente do estado.

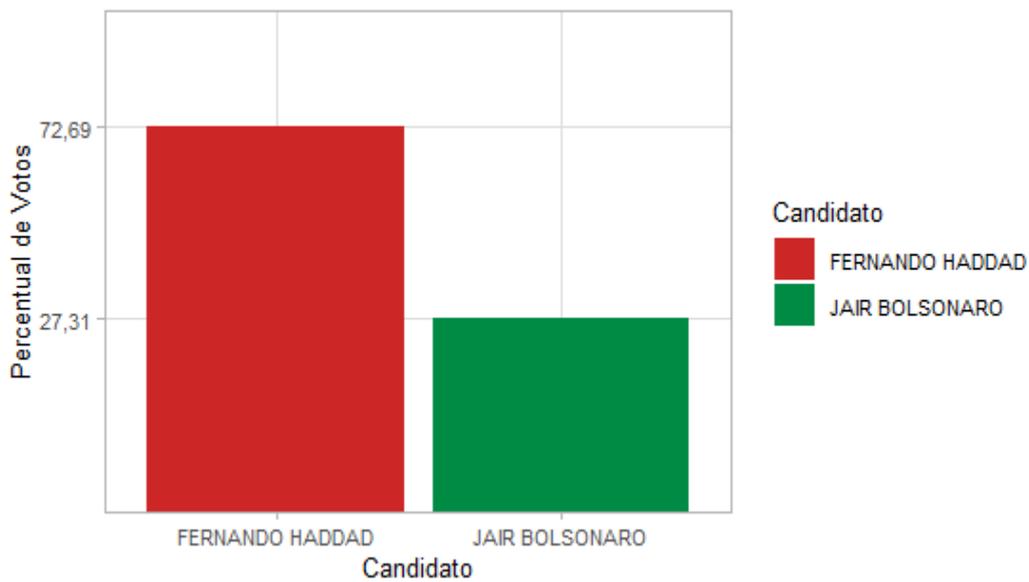
Partindo da premissa que nos estados em que o então presidenciável Jair Bolsonaro ganhou as eleições representam regiões em que seu discurso ecoou com mais força nos estratos sociais e, por conseguinte, detêm mais eleitores que concordam e disseminam seu discurso conservador, optamos por cruzar os dados da figura 6 com os da Geografia do Voto. Nas figuras 7 e 8 é possível observar os resultados das eleições no primeiro e no segundo turno no estado da Bahia: em ambos os turnos o candidato vencedor foi Fernando Haddad que, por sua vez, em diversos momentos da sua campanha prezou por um discurso pró-diversidade.

Figura 7: Resultado Eleitoral - BA 1º Turno



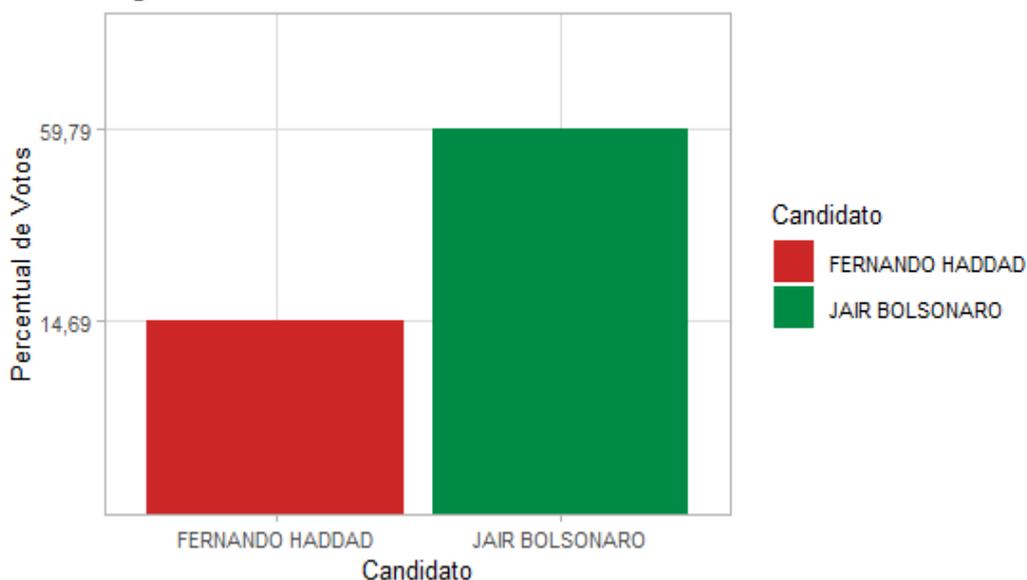
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do TSE (2018).

Figura 8: Resultado Eleitoral - BA 2º Turno



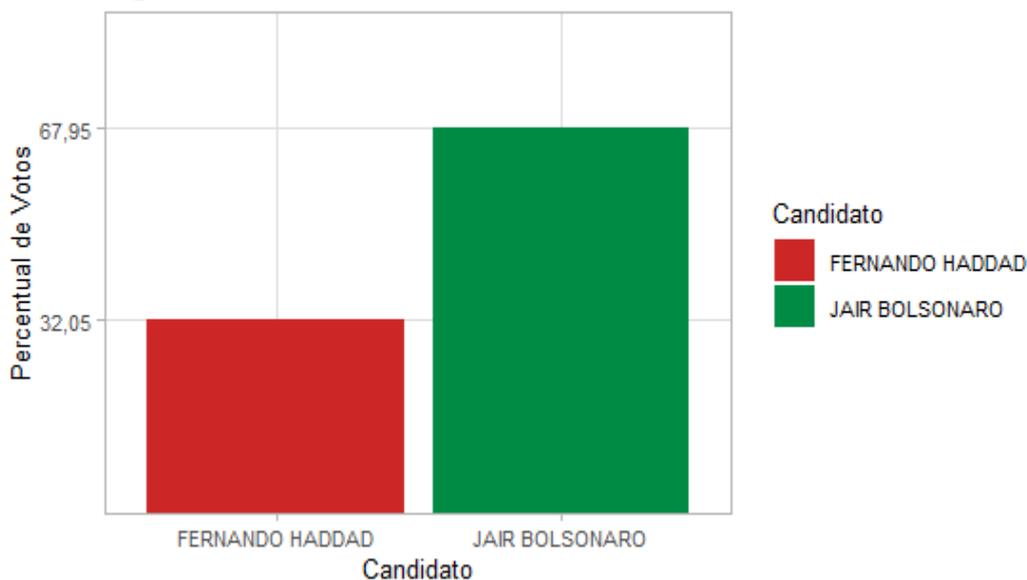
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do TSE (2018).

Figura 9: Resultado Eleitoral - RJ 1º Turno



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do TSE (2018).

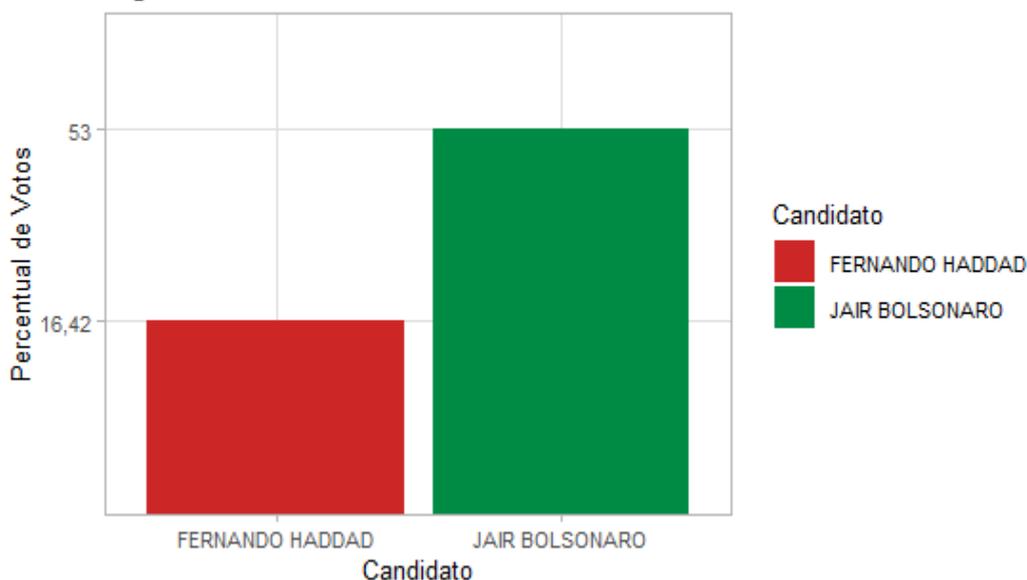
Figura 10: Resultado Eleitoral - RJ 2º Turno



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do TSE (2018).

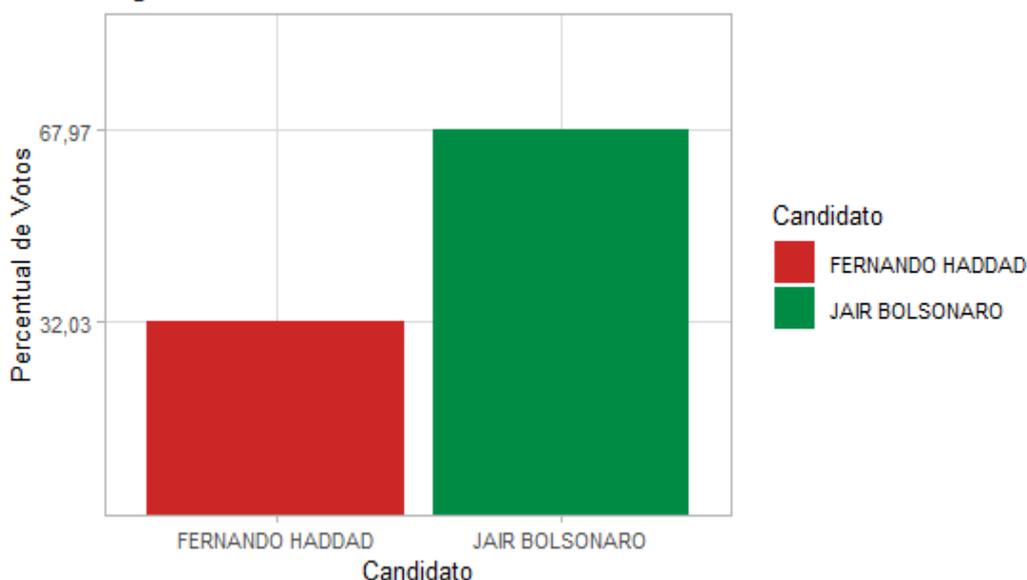
Diferentemente do estado nordestino, tanto no Rio de Janeiro (figuras 9 e 10) nos dois turnos, quanto no também sudestino São Paulo (figuras 11 e 12) em ambos os turnos, Jair Bolsonaro venceu as eleições com uma considerável diferença do seu concorrente.

Figura 11: Resultado Eleitoral - SP 1º Turno



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do TSE (2018).

Figura 12: Resultado Eleitoral - SP 2º Turno



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do TSE (2018).

Em resumo, ao cruzar os dados da figura 6 com os da Geografia do Voto, rejeita-se a hipótese de que os estados em que Jair Bolsonaro venceu as eleições seriam os estados onde as pessoas LGBT foram mais vitimadas, uma vez que na Bahia Fernando Haddad saiu vitorioso em ambos os turnos, mas a incidência de violência seguiu o mesmo padrão dos demais estados observados (figura 6). Em outras palavras, na Bahia, mesmo sendo o estado

onde o Fernando Haddad venceu, não houve diminuição da taxa de vitimados, quando comparado com os dois outros estados do sudeste. Já no Rio de Janeiro, estado domicílio do então candidato Jair Bolsonaro, há um leve aumento do número de vítimas se comparado com os demais estados. No entanto, a diferença é muito pequena, e o número de observações limita qualquer conclusão mais assertiva.

Caso houvesse a disponibilidade dos dados de violências contra LGBT em todos os estados do país, poderíamos mensurar e inferir se há clara relação entre o candidato a presidência e a taxa de vitimização. Por enquanto, apenas podemos observar que há indícios de que nos estados onde o discurso conservador bolsonarista é mais forte, houve maior taxa de vitimados. Apenas, com dados totais, seria possível comprovar tal indício ou não.

Considerações finais

Apesar dos dados não nos permitirem afirmar que há uma correlação entre os atos de violência e as regiões onde o candidato com discurso conservador venceu, ficou claro que a incidência de violência foi muito alta. Mais de 50% dos respondentes afirmaram ter sido vítimas. São dados alarmantes que expõem a vulnerabilidade dessa comunidade e um cenário de violação de direitos. Muitos podem ser os porquês por trás desse alto índice de percepção de violência. O grupo Gênero e Número quando construiu o banco de dados atentou apenas para o período eleitoral e pós-eleitoral de 2018. As eleições deste ano foram marcadas por uma polarização político-ideológica. E de um lado da moeda estava o então presidenciável Jair Bolsonaro, muito conhecido por seu discurso conservador e por seus apoiadores fervorosos que compartilham as suas ideias. Este alto índice de percepção de violência poderia estar atrelado ao discurso conservador bolsonarista, no entanto, não há dados com períodos anteriores para se fazer um comparativo.

Outro elemento interessante é que mesmo com uma taxa de vitimização similar, a percepção na comunidade LGBT é de que a violência contra ela aumentou muito e que o contexto eleitoral influenciou para este resultado. Embora a taxa de vitimização não consiga comprovar tal percepção, ao longo deste trabalho surge um questionamento adjacente: por que o discurso da direita conservadora brasileira está sempre associado a diminuição dos Direitos Humanos?

Esta é uma pergunta de difícil resposta, parte desta resposta pode vir da crença nas ideias de Burke de que alguns grupos estariam fadados à base da pirâmide social. Outra resposta parcial pode ser extraída da moralidade religiosa e da tendência a fé dogmática das religiões que permeiam a sociedade brasileira. Atrelados a isto, na arena política brasileira, os partidos que minimamente acolhem às demandas da comunidade LGBT estão localizados mais à esquerda do espectro político. No caso brasileiro, ainda não é possível definir com clareza se é o conservadorismo econômico (menos gastos estatais, Estado mínimo, não interferência do Estado na vida privada) que influencia no aumento do conservadorismo social (LGBTfobia, racismo, machismo), ou vice-versa. Nós incentivamos os próximos pesquisadores a focar nesta questão. Há vários indícios, mas falta comprovação.

De qualquer forma, frente a LGBTfobia que assola a sociedade brasileira, urge a necessidade mais pesquisas e estudos quantitativos acerca dessa comunidade. Para além das contribuições para as ciências, esses dados são cruciais para a garantia dos direitos dessa minoria e do seu bem-estar.

Referências

- ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 38, n. 1, p. 185-213, jan-abr, 2019.
- BIROLI, Flávia. Reação conservadora, democracia e conhecimento. **Revista Antropologia**, v. 61, n. 1, p. 83-94, 2018.
- BIANCONI, Giuliana. A violência com motivação política contra LGBTs agora em dados. **Época**. 22 de março de 2019. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/artigo-violencia-com-motivacao-politica-contralgbts-agora-em-dados-23544034>> Acessado em 21, agosto, 2019.
- BURKE, Edmund. **Reflections on the Revolution in France**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=4374> Acessado em 30/08/2019.
- DUARTE, Luiz F. D. Valores cívicos e morais em jogo na Câmara dos Deputados: a votação sobre o pedido de *impeachment* da Presidente da República. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 145-166, 2017.
- FERREIRA, Guilherme Gomes. Conservadorismo, fortalecimento da extrema-direita e a agenda da diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 36, p. 166-178, jan/jun, 2016.
- GADELHA, Igor. Câmara aprova MP com trechos contra aborto e políticas LGBT. **Exame**. 19 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/camara-aprova-mp-com-trechos-contraborto-e-politicas-lgbt/>> Acessado em 18, agosto, 2019.
- GENERO E NÚMERO. Violência contra pessoas LGBT nos contextos eleitoral e pós-eleitoral.

A percepção do impacto das eleições 2018 sobre a violência contra pessoas

Disponível em: <<http://violencialgbt.com.br/>> Acessado em 09, agosto, 2019.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Org.). **Atlas da violência 2019**. 2019.

LESSA, Ricardo. Um Brasil de maioria evangélica. **Valor econômico**. 23 de fevereiro de 2018. Disponível em:

<<https://www.valor.com.br/cultura/5341121/um-brasil-de-maioria-evangelica>>

Acessado em: 18, agosto, 2019.

MICHELS, Eduardo; MOTT, Luiz **Assassinatos de LGBT no Brasil. Relatório 2018**.

Grupo Gay da Bahia. Disponível em: < <https://bit.ly/2T8trRb>> Acessado em 09, agosto, 2019.

RAMOS, M. M.; NICOLI, P. A. G. O que é LGBTfobia? In: RAMOS, M. M.; NICOLI, P. A. G.; BRENER, P. R. G. **Gênero, sexualidade e direito**: uma introdução. Belo Horizonte: Initia Via editora, 2016.

SALLES, Diogo da Costa. As bases do conceito de "doutrinação ideológica" do Movimento Escola sem Partido na obra de Nelson Lehmann da Silva. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – contra os preconceitos: história e democracia**. Disponível em:

<https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1492718703_ARQUIVO_Artigo_anpuh-2017.pdf> Acessado em: 18, agosto, 2019.

TSE, Tribunal Superior Eleitoral – "Repositório de Dados Eleitorais". 2018. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas> > Acessado em 29/08/2019.